

**À SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA  
CONCORRÊNCIA 05/2020**

**Ref.: Processo Administrativo 0008082/2019-GDOC/SEURB. Concorrência Pública  
5/2020 – SEGEP. Iluminação pública no Município de Belém/PA. Apresentação de  
contrarrazões pela licitante vencedora, conforme o item 23.1.3 do Edital.  
Manutenção da decisão recorrida.**

1. CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM 2, formado pelas empresas CONASA INFRAESTRUTURA S/A (“CONASA”), ZETTA INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES S/A e ELLO SERVIÇOS, OBRAS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (“Ello”), com qualificação constantes nos autos do processo licitatório (“Consórcio”), vem, por seu representante, com base no artigo 109, § 3º, da Lei 8.666/1993 (“Lei Geral de Licitações”), bem como nos itens 23.1.2 e 23.1.3 do Edital referente à concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Belém/PA, (“Edital”), apresentar

**CONTRARRAZÕES RECURAIS**

2. em face do recurso administrativo apresentado pela empresa ENEL X BRASIL S/A (“Enel X” ou “Recorrente”), líder do CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM, formado por ela e pelas empresas MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. e SELT ENGENHARIA LTDA, com qualificações também constantes nos autos deste processo (“Enel X” ou “Recorrente”), por meio do qual foi questionada a mais do que acertada decisão da d. Comissão Especial de Licitação de aceitar a garantia de proposta apresentada pelo certame e adequadamente habilitá-lo (“Recurso”), pelas razões que serão expostas na sequência.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE DAS PRESENTES CONTRARRAZÕES**

3. Conforme o art. 109, § 3º, da Lei Geral de Licitações, a eventual interposição de recurso contra a habilitação de qualquer licitante deverá ser tempestivamente comunicada às demais, que poderão apresentar suas contrarrazões recursais no prazo legal (que é de 5 (cinco) dias úteis), em linha com as disposições editalícias.

4. O item 23.3 do Edital prevê que “o recurso interposto será comunicado às demais PROPONENTES, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis”. Dessa forma, posto que o recurso apresentado pelo Recorrente foi enviado à d. Comissão Especial de Licitação na data de 25/11/2020, tendo sido comunicado a este Consórcio na data de 26/11/2020, as contrarrazões recursais poderão ser apresentadas até a data de 03/12/2020.

5. Veja-se, de todo modo, que a notificação de interposição de recurso foi publicada no Diário Oficial do Município de Belém apenas na data de 27/11/2020 (**Doc. 01**).

6. Não há dúvidas, portanto, a respeito de seu cabimento e de sua tempestividade, assim como não há dúvidas de que a habilitação do Consórcio deve ser mantida, desconsiderando-se, sumariamente, todos os argumentos apresentados pelo Recorrente, tendo em vista que são contrários à legislação em vigor, não são aderentes a aspectos básicos do Edital e tentam fazer com que esta d. Comissão Especial de Licitação caia em erro.

7. A integralidade destes aspectos será abordada nos tópicos colocados na sequência.

## **II. DA SÍNTESE DA DECISÃO DO RECURSO APRESENTADO E DO SEU DESCABIMENTO**

8. O Recurso apresentado pela Enel X parece dizer respeito, em suma, a 2 (dois) aspectos:

(i) a decisão, datada de 17/11/2020, por meio do qual foi tornada pública a análise e o julgamento da proposta e documentação da licitante detentora da proposta mais

vantajosa na Licitação, tendo a d. Comissão Especial de Licitação realizado “análise da proposta e da documentação apresentada pela proponente CONSÓRCIO LUZ BELÉM 2 [...], formado pelas empresas CONASA INFRAESTRUTURA S.A, ZETTA INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES S.A e ELLO SERVIÇOS, OBRAS E PARTICIPAÇÕES LTDA, tendo concluído pela regularidade das informações apresentadas com subsequente declaração do referido Proponente como vencedor do certame”;<sup>1</sup>

(ii) à decisão, datada de 04/11/2020, pela qual a d. Comissão Especial de Licitação “constatou o atendimento às disposições editalícias, declarando as 08 (oito) participantes habilitadas no que tange à referida exigência, estando, por conseguinte, aptas à abertura das respectivas propostas financeiras”.<sup>2</sup>

9. Em seu recurso, a Enel X Brasil, sem qualquer razão, indica que disposições do Edital não teriam sido observadas, “havendo vícios insanáveis que impõem a inabilitação da proponente declarada vencedora pela Comissão Especial de Licitação”.<sup>3</sup> Nada mais errado.

10. A argumentação apresentada pela Recorrente indica, na verdade, sua desatenção em relação: a diversos pontos do Edital; aos documentos apresentados pelo Consórcio; à própria legislação pátria, tentando fazer com que, em verdadeiro ato de desespero, ao que parece, esta d. Comissão Especial de Licitação seja induzida a erro. Isso porque, diferentemente do que alega a Recorrente:

(i) os documentos de representação foram adequadamente apresentados pelo Consórcio, em absoluta conformidade com a legislação de regência, notadamente o Código Civil, e em estrita observância à atuação de boa-fé;

(ii) os documentos societários que, alega a Enel X, deveriam supostamente ter sido apresentados, não são exigidos pelo Edital. Ainda, qualquer discussão sobre eventual necessidade de deliberação societária poderia se dar, apenas para tratar do assunto por

---

<sup>1</sup> Fl. 04 do recurso da Enel X.

<sup>2</sup> Fl. 05 do recurso da Enel X.

<sup>3</sup> Fl. 05 do recurso da Enel X.

hipótese, quando da efetiva vitória na licitação, em vista das disposições societárias das empresas;

(iii) os objetos sociais das empresas do Consórcio, notadamente o da Ello, são plenamente aderentes ao objeto da licitação em apreço, sendo que a Enel X pesca informações do contrato social da mencionada empresa de maneira meramente seletiva e direcionada, esquecendo-se das demais previsões do documento e tentando induzir a d. Comissão Especial de Licitação em erro.

11. Cada um desses aspectos será demonstrado à toda evidência, conforme os itens arrolados abaixo.

### **III. DOS SUPOSTOS DOCUMENTOS ASSINADOS POR REPRESENTANTE CREDENCIADO QUE NÃO POSSUÍA PODERES DE REPRESENTAÇÃO**

12. Em seu recurso, a Enel X indica que, supostamente, alguns dos documentos exigidos pelo Edital teriam apresentados com assinatura de representante credenciado que não possuía poderes para firmar os compromissos ali encartados.

13. Há a indicação de que certos documentos, adequadamente assinados pelo Sr. Luiz Henrique Martins Branduliz, na qualidade de Representante Credenciado, na data 19/10/2020, estariam desconformes aos poderes que lhes foram outorgados.

14. Algo curioso, para já adentrar na argumentação, é o fato de a própria Enel X reconhecer que a procuração para a prática de todos os atos na licitação ter sido devidamente outorgada na data de 20/10/ 2020.<sup>4</sup> Ou seja: a Recorrente já começa a cair em contradições aí, pois, embora argumente a suposta falta de poderes, já indica que a procuração foi devidamente outorgada ao representante credenciado.

15. De todo modo, a Enel X parece não se atentar para (ou mesmo desconhecer) aspectos básicos da legislação brasileira sobre a constituição de mandatos e a observância de princípios de boa-fé em qualquer negócio jurídico celebrado.

---

<sup>4</sup> Fl. 06 do recurso da Enel X.

**16.** O Código Civil, que trata do mandato como contrato típico, prevê diversos de seus pontos jurídicos. Um deles diz respeito exatamente ao fato de qualquer ato praticado em linha com os poderes e/ou com as atribuições de mandato futuramente constituído ser reputado como juridicamente existente, válido e eficaz.

**17.** O art. 662/CC estabelece, de maneira expressa, a possibilidade de ratificação dos termos de mandato, o que ocorre, indubitavelmente, no caso em questão. A procuração outorgada ratifica todos os atos praticados pelo representante credenciado, em exata observância aos termos do Edital.

**18.** Nada mais claro que o parágrafo único do mencionado dispositivo do Código Civil: “ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato”. No caso, há expressa outorga de poderes; todos os atos, inequivocamente, foram praticados para fins da participação na licitação; a retroação é perfeitamente aplicável para a eficácia jurídica dos atos praticados.

**19.** É simples verificar que a procuração foi devidamente outorgada na data de 20/10/2020, com reconhecimento de firma 3 (três) dias depois, ratificando-se, obviamente, quaisquer atos que tenham sido praticados de acordo com seus termos. Não há dúvida jurídica, por mínima que o seja, com relação à questão. Não por outra razão, houve a adequada habilitação no certame.

**20.** Além disso, o Código Civil contém corolários básicos a respeito da boa-fé na conclusão e na execução de negócios jurídicos. Conforme seu artigo 113, “os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração”. Ainda, a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que (artigo 113, § 1º): “ I – for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio; [...] III – corresponder à boa-fé”.

**21.** É o que se deu, precisa e exatamente, no caso em apreço, no que diz respeito à execução de atos em linha com a procuração devidamente outorgada: todos eles foram, de boa-fé, praticados pelo representante credenciado, nos melhores interesses do

Consórcio e da finalidade da licitação (obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública), e sem qualquer extrapolação de poderes outorgados.

22. Não há razão jurídica, portanto, para que os argumentos apresentados pela Enel X no que diz respeito à outorga de poderes prospere. Ao revés: toda a documentação apresentada pela Consórcio está em linha com a legislação pátria e com os atos praticados no curso do procedimento licitatório.

23. Na mesma toada, são absolutamente adequados aos termos do Edital todos os documentos apresentados pelo Consórcio para que a sua habilitação fosse (como já o foi!) reconhecida pela d. Comissão Especial de Licitação. Não há equívoco em qualquer documento apresentado, muito menos há a falta de qualquer deles, como quer fazer crer a Enel X. Veremos isso na sequência.

#### **IV. DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONASA APROVANDO SUA PARTICIPAÇÃO NA REFERIDA LICITAÇÃO E A FORMALIZAÇÃO DE COMPROMISSO PARA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**

24. Em seu recurso, a Enel X indica que a proposta comercial do CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM 2 e sua validade teriam sido adequadamente apresentados. Mais um reconhecimento expressa da Recorrente de que não há qualquer irregularidade na documentação apresentada e que, portanto, seu recurso é desprovido de sentido jurídico.

25. Contudo, a empresa indica, de maneira desesperada, que “a proponente expressamente firmou o compromisso de contratar com o Município de Petrolina sujeitando-se à realização de vultosos investimentos para execução do objeto da contratação” (**grifamos**), alegando que não haveria, “entre os documentos apresentados pelo referido Consórcio [sic] qualquer ata de reunião do Conselho de Administração da CONASA que aprove a participação desta sociedade anônima no certame em questão”, o que contrariaria diretamente o disposto no art. 24, § 1º, de seu Estatuto Social.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Fl. 09 do recurso da Enel X.

**26.** O fato de a empresa fazer referência à Municipalidade de Petrolina, e não à Municipalidade de Belém, deixa mais do que evidente toda sua desatenção no bojo da apresentação de seu Recurso. Ao que parece, a Enel X apenas arrola, de forma acrítica, quaisquer argumentos, independentemente de sua pertinência e de sua profundidade, em atitudes que parecem beirar o desespero para ver outras empresas, que apresentam documentos firmes e sérios, inabilitadas.

**27.** Onde a empresa pretende chegar com atitudes como essa? Qual a sua efetiva pertinência? Fica a provocação à d. Comissão Especial de Licitação, para fins de verificação da seriedade da argumentação apresentada.

**28.** O mesmo se passa com outro ponto do Recurso da Enel X: o fato de mencionar que atacará as garantias de proposta das demais licitantes, sem apresentar uma linha de argumentação quanto ao tema. Qual a razão deste comportamento? Causa-se apenas tumulto no certame e nada além disso.

**29.** Seja como for, a argumentação da Enel X não merece prosperar. Primeiro, porque não há qualquer exigência editalícia que demande a apresentação de outros documentos que não aqueles exigidos expressamente no Edital.

**30.** Segundo, porque qualquer documento de aprovação societária diz respeito à gestão interna das empresas, representando aspectos de governança que não precisam ser externados para outras partes no contexto licitatório, inclusive por questões de confidencialidade de participação em licitações. Mais do que isso: a discussão sobre qualquer aprovação societária apenas se dá quando a empresa já possui a efetiva obrigação, o que não se dá na fase de participação na licitação (mas apenas na hipótese de confirmação da vitória no certame).

**31.** Terceiro, porque, apenas por amor ao debate, tendo em vista a suficiência dos argumentos “primeiro” e “segundo” acima, a deliberação foi adequadamente tomada pela CONASA.

**32.** Em relação ao primeiro ponto, o Edital, em seu item 1.(xiii), define como “condições de habilitação” aquelas que “devem ser observadas e cumpridas pelos

participantes desta CONCORRÊNCIA relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, HABILITAÇÃO TÉCNICA e HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA”.

**33.** Na mesma linha, o item 1.(xxix) define como “documentos de habilitação” o “conjunto de documentos arrolados no EDITAL, a serem obrigatoriamente apresentados pelas PROPONENTES, destinados a comprovar sua HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e HABILITAÇÃO TÉCNICA, de acordo com este EDITAL”.

**34.** Analisando o item 13 do Edital (“DO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – VOLUME 3”), fica evidente que não há qualquer exigência de juntada de documentos referentes a eventuais aprovações societárias internas para fins de participação na licitação. Como verdadeira medida de atendimento à “lei da licitação”, ou seja, o Edital, não há qualquer dever de que a documentação mencionada pela Enel X seja juntada.

**35.** E isso também ocorre em função de simples derivação legal. A Lei Geral de Licitações prevê, expressamente, os documentos que podem ser exigidos de qualquer empresa para fins de participação em certames, incluindo, de maneira geral, “I – habilitação jurídica; II – qualificação técnica; III – qualificação econômico-financeira; IV – regularidade fiscal e trabalhista; V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal” (art. 27).

**36.** Não há, na legislação, tampouco no Edital, a exigência que a Enel X pretende introduzir no caso concreto.

**37.** Em relação ao segundo ponto, o art. 24, parágrafo primeiro, do estatuto social da CONASA prevê a eventual necessidade de aprovação do conselho de administração apenas para contratação de despesa e/ou de obrigações. Quando a empresa meramente participa do certame, eventuais obrigações, nesses termos, ainda não existem. Elas apenas são constituídas, em termos jurídicos, com a efetiva vitória da empresa na licitação.



38. Assim, no momento da participação na licitação, não há qualquer obrigação de existência de deliberação do conselho de administração (muito menos, logicamente, de qualquer ata de reunião do conselho) que diga respeito ao cumprimento de obrigações que serão constituídas pela empresa apenas no futuro, e sob condição jurídica específica: a de se vencer a licitação.

39. O mesmo se passa em relação à aprovação para constituição de subsidiárias ou para aumento de capital em outras empresas, hipóteses referenciadas no artigo 27, “i”, do estatuto social da CONASA. Tais obrigações de aprovação apenas existiriam, por hipótese, caso a empresa se sagrasse vencedora da licitação.

40. Terceiro, e apenas por amor ao debate, há deliberação da CONASA em que se trata expressamente de licitações de seu interesse, como é o caso deste projeto, em específico, que está em linha com a participação da empresa no segmento de iluminação pública, em termos mais amplos (**Doc. 02**).

41. A referência específica relativamente aos projetos não se dá por questão básica: a de necessidade de manutenção de confidencialidade sobre os projetos individualizados de interesse da CONASA.

42. Aqui, abre-se espaço para mencionar o seguinte. Em seu recurso, quando apresenta argumentos sobre a suposta falta de documentos de aprovação societária, a Enel X tenta tolher esta d. Comissão Especial de Licitação de seus poderes de saneamento de falhas na licitação (os quais, diga-se, nem precisam ser utilizados, tendo em vista a absoluta regularidade da documentação apresentada pelo Consórcio).

43. De todo modo, a Enel X indica o seguinte:

“Sendo assim, falta à empresa autorização societária para atuação em concessões e parcerias relativas a projetos de iluminação pública, razão pela qual tal consorciada deve ser considerada inabilitada, visto que, na ausência de documento que prove superação deste óbice, aplica-se a subcláusula 14.9.2. do Edital da Concorrência Pública n. 05/2020, que expressamente afirma que, “Quando do saneamento de falhas formais

referido neste Item 14.9, não será aceita a inclusão de documento obrigatório, nos termos deste EDITAL, originalmente ausente na documentação apresentada pela PROPONENTE”.<sup>6</sup>

**44.** Diferentemente do alegado, poderes de saneamento de falhas formais, em licitações realizadas com base na Lei Parcerias Público-Privadas (Lei 11.079/2004) decorrem dela, diretamente. Constituem-se como verdadeiros poderes-deveres de qualquer comissão de licitação, em benefício do próprio resultado útil que se espera do procedimento licitatório (já que a licitação não se constitui como fim em si mesma, mas mero procedimento para obtenção da proposta mais vantajosa e consequente assinatura de contrato que satisfaça as necessidades administrativas)

**45.** Nos termos da Lei 11.079/2004, “o edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado no instrumento convocatório” (art. 12, IV).

**46.** O que chama a atenção é que, embora a Enel X tente descaracterizar a aplicação deste racional no procedimento licitatório em questão, já teve este ponto manejado para verificação de conformidade de aspectos de sua documentação. Como exemplo, cite-se, para mencionar apenas um projeto de iluminação pública, a concessão administrativa dos serviços de iluminação pública no município, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública de Porto Alegre/RS.<sup>7</sup>

**47.** Nela, a comissão de licitação usou-se de seus poderes para sanear falhas na documentação apresentada pela Enel X no bojo do consórcio denominado POALUZ. Conforme se denota da ata de análise das garantias da proposta,<sup>8</sup> houve modificação

---

<sup>6</sup> Fls. 13-14 do recurso da Enel X.

<sup>7</sup> Projeto disponível no link [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?reg=53&p\\_secao=256](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?reg=53&p_secao=256). Acessado em 01 de dezembro de 2020.

<sup>8</sup> Documento disponível online em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu\\_doc/cp\\_9-2019\\_ata\\_de\\_analise\\_das\\_garantias\\_das\\_propostas.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/cp_9-2019_ata_de_analise_das_garantias_das_propostas.pdf). Acesso em 01 de dezembro de 2020.

material na fiança bancária apresentada pela Enel X, documento básico para que a empresa pudesse continuar a participar do certame. É de se ler o documento:

“Relativamente ao CONSÓRCIO POALUZ, na Carta de Fiança Bancária à pág. 27 à 29 do caderno de documentação do consórcio não foi possível identificar qual consorciada é a afiançada contratante da garantia de proposta, pois na redação do documento foram descritos o consórcio e todas as suas consorciadas. Também, nos termos do item 13.2 e 10.9 do Edital, bem como o que dispõe o art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993, em sede de diligência à Participante Proponente foi apresentado 1º Termo de Aditamento à Carta de Fiança nº 100 419 080 086 200 (DOC. 7990280) que acrescenta a redação do caput do item 3 do modelo de fiança do Manual B3 e identifica a consorciada afiançada, ENEL X BRASIL S.A., contratante da garantia de proposta”.

**48.** Ora, a argumentação trazida pela Enel X na atual licitação, mais uma vez, carece de sentido e é contraditória com o comportamento adotado pela empresa noutros projetos. Ou será que a Enel X acreditaria, seriamente, que a comissão de licitação do Município de Porto Alegre não deveria ter manejado seus poderes-deveres para sanear a documentação da empresa e garantir a continuidade de sua participação no certame?

**49.** Em outras licitações que a Enel X teria participado, os mesmos poderes não teriam sido utilizados? E, se o foram, acreditaria a empresa que teriam sido manejados de maneira irregular pelas comissões de licitação, levando à inabilitação da Enel X? Essas perguntas retóricas são colocadas apenas para evidenciar que a argumentação apresentada não merece prosperar.

**50.** Em resumo: eventuais aprovações internas apenas serão necessárias no contexto da assinatura do contrato de concessão, mas não para os fins de participação na licitação. A documentação apresentada pela CONASA, portanto, é adequada às exigências legais e editalícia. Assim como também o é a documentação apresentada pela Ello, como se denota a seguir.

## **V. DAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS DOCUMENTOS DA ELLO**

**51.** Finalmente, a Enel X argumenta, erroneamente e com a demonstração de desatenção crassa (na tentativa, ao que parece, de induzir a d. Comissão Especial de Licitação em erro) que a haveria suposta irregularidade na participação da licitação pela Ello.

**52.** Isto porque, argumenta equivocadamente a Recorrente, “seu contrato social trata especificamente da possibilidade de sua participação em concessões e parcerias com o poder público, mas restringe tal atuação aos projetos nas áreas de saneamento básico (Cláusula 5º, letra “b”, do Estatuto Social)”.<sup>9</sup>

**53.** Nada mais equivocado. O recurso, em boa medida, apenas tumultua o certame, pois apresentada argumentação que não se atenta a aspectos básicos da licitação juntada no certame.

**54.** Bastaria a Enel X ler, com olhos de quem quer enxergar (e não com olhos de quem quer ludibriar), que a alínea “a” da cláusula 5ª do Contrato Social da Ello permite a exploração de todos os ramos da construção civil. Não há dúvidas de o objeto da contratação contém pontos claros de construção civil.

**55.** É só ver, por exemplo, a cl. 4.2 da Minuta do Contrato de Concessão. Ela arrola, dentre outras atividades que deverão ser executadas, as de:

(i) “4.2.1. Desenvolvimento, expansão e modernização: elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços necessários à atualização, adequação e expansão da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA [...]” (grifamos);

(ii) “4.2.2. Eficientização Energética: elaboração dos planos, projetos, aquisição de equipamentos e execução das obras e serviços na REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA [...]” (grifamos).

---

<sup>9</sup> Fl. 11 do recurso da Enel X.

**56.** Tais argumentos se bastariam por si próprios. Mas há mais: o contrato social, em sua cláusula 5ª, “j”, admite que a Ello participe em outras sociedades como cotista, quotista ou acionista, sem qualquer limitação a este ou àquele setor.

**57.** Ou seja: há ampla competência estatutária para participação em outras empresas, sendo que, para a assinatura do contrato de concessão, as empresas consorciadas deverão constituir sociedade de propósito específico – SPE para execução dos serviços a serem outorgados.

**58.** Conforme o item 1.(xi) do Edital, a futura concessionária será “SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, conforme definida neste EDITAL, a ser constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de operar a CONCESSÃO”.

**59.** O item.(lxi), por sua vez, define a “sociedade de propósito específico” como a “sociedade de propósito específico a ser constituída pela PROPONENTE vencedora, sob a forma de sociedade por ações, que celebrará o CONTRATO com o MUNICÍPIO”.

**60.** Assim, qualquer licitante que tenha objeto social condizente com os termos da documentação da licitação poderá dela participar adequadamente. É exatamente este o cenário que se tem no caso em apreço. Não há dúvidas, portanto, de que o objeto social da Ello é perfeitamente adequado às exigências constantes na documentação da concessão.

**61.** Adicionalmente, e mais uma vez de maneira equivocada, a Enel X tenta apresentar argumentação semelhante à arrolada acima em relação à participação da CONASA.

**62.** O argumento equivocado é o de que “nota-se irregularidade na atuação da referida sociedade, na medida em que seu contrato social expressamente exige aprovação unânime de seus sócios quanto à constituição de subsidiárias e celebração de contratos com valores acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e prazo de duração superior a 12 (doze)

meses, não havendo dentre os documento do CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM 2 qualquer ato da qual se extraia tais aprovações”.<sup>10</sup>

**63.** Conforme já pontuado no Tópico IV acima, não há qualquer exigência, no Edital, de juntada de mencionado documento para os fins da habilitação da empresa no certame. Adicionalmente, como não há certeza de vitória no certame, não há motivo para que se faça, tampouco para que se exija, qualquer tipo de aprovação prévia.

**64.** Mais uma vez, apenas para demonstrar como os pontos trazidos pela Enel X no caso concreto não merecem prosperar, em licitação recente, referente ao Município de Macapá/AM (vencida pela Enel X), a documentação da empresa não trouxe qualquer documento de aprovação societária para que ela, ou as demais empresas consorciadas e integrantes do CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM, participassem do certame.<sup>11</sup>

**65.** Por todas essas razões, os argumentos apresentados pela Enel X devem ser desconsiderados.

## **VI. DO PEDIDO**

**66.** Por todo o exposto, pugna-se pelo recebimento das presentes contrarrazões e, no mérito, por seu integral acolhimento, para que o Recurso apresentado pela Enel X seja julgado improcedente, em todos os seus aspectos, assim como seja determinado o seu arquivamento, com a manutenção da acertada decisão recorrida e o transcorrer da Licitação, para que haja sua homologação e sua adjudicação, em linha com o item 18.2 do Edital, e a consequente convocação do Consórcio, composto pelas Empresas CONASA INFRAESTRUTURA S/A, ZETTA INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES S/A e ELLO SERVIÇOS, OBRAS E PARTICIPAÇÕES LTDA., para assinatura do contrato de concessão dos serviços de iluminação pública com esta d. Municipalidade.

---

<sup>10</sup> Fl. 12 do recurso da Enel X.

<sup>11</sup> Documentação disponível nos links <https://transparencia2.macapa.ap.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/08/HABILITACAO-LUZ-DE-MACAPA-1.pdf> e <https://transparencia2.macapa.ap.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/08/HABILITACAO-LUZ-DE-MACAPA-2.pdf>. Acessado em 01 de dezembro de 2020.

Termos em que pede-se deferimento.

**São Paulo, 02 de dezembro de 2020.**

**CONSÓRCIO LUZ DE BELÉM 2**

**CONASA INFRAESTRUTURA S/A**  
Empresa Líder

**Claudio Roberto de Leoni Ramos**

Diretor Administrativo Financeiro

RG nº 742.848 SSP-DF

CPF nº 410.655.491-72

**Luiz Henrique Martins Branduliz**

Procurador

RG nº 28.492.756-9 SSP/SP

CPF nº 310.978.058-59

## **ANEXOS**

**DOC. 01 – Publicação do Diário Oficial de Belém, de 27/11/2020, com a notificação de interposição de recurso.**

**DOC. 02 – Ata da reunião do Conselho de Administração CONASA Infraestrutura S/A, realizada em 29 de outubro de 2020.**



Contra Razões Recurso Belem 03122020.pdf  
Código do documento 9ead3e35-b3a9-4bbd-80de-6c96959c6aab



## Assinaturas



LUIZ HENRIQUE MARTINS BRANDULIZ:31097805859  
Certificado Digital  
luiz.branduliz@conasa.com  
Assinou



CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS:41065549172  
Certificado Digital  
claudio.ramos@conasa.com  
Assinou

## Eventos do documento

### 03 Dec 2020, 17:18:38

Documento número 9ead3e35-b3a9-4bbd-80de-6c96959c6aab **criado** por LUIZ HENRIQUE MARTINS BRANDULIZ (Conta 5abd5aaf-3cd1-4d0f-bcea-4cabcd3bdc49). Email :luiz.branduliz@conasa.com. - DATE\_ATOM: 2020-12-03T17:18:38-03:00

### 03 Dec 2020, 17:20:41

Lista de assinatura **iniciada** por LUIZ HENRIQUE MARTINS BRANDULIZ (Conta 5abd5aaf-3cd1-4d0f-bcea-4cabcd3bdc49). Email: luiz.branduliz@conasa.com. - DATE\_ATOM: 2020-12-03T17:20:41-03:00

### 03 Dec 2020, 17:21:39

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - LUIZ HENRIQUE MARTINS BRANDULIZ:31097805859  
**Assinou** Email: luiz.branduliz@conasa.com. IP: 179.184.44.132 (179.184.44.132 porta: 30190). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A1,CN=LUIZ HENRIQUE MARTINS BRANDULIZ:31097805859. - DATE\_ATOM: 2020-12-03T17:21:39-03:00

### 03 Dec 2020, 17:22:33

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS:41065549172  
**Assinou** Email: claudio.ramos@conasa.com. IP: 179.184.44.132 (179.184.44.132 porta: 30326). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A3,CN=CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS:41065549172. - DATE\_ATOM: 2020-12-03T17:22:33-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):2feb122492d314f893886dde13fbefdd54ecf336dfc2abc1d9697eedc6d13c31

(SHA512):0dccaec1ec15fbf98dbadd90d622e5ca57f0be6035a5ca672a7abfb2d8a4ceacf30bdeb5e07deebc9858ca425bfd0caae607a48dd9a3b9cf6f626fd36bf937a52





18 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinaturas gerado em 03 de dezembro de 2020,  
17:22:51



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**